

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS REGIONAIS DO PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

César Nunes de Castro

Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) cedido à Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Guilherme Mendes Resende

Coordenador de Estudos Regionais da Dirur do Ipea.

Murilo José de Souza Pires

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur do Ipea.

Este texto tem como objetivo principal avaliar os impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) entre 2000 e 2010. A abordagem utilizada combinou avaliações dos impactos do PRONAF em várias escalas regionais – municipal, microrregional e mesorregional. Também se avaliou, separadamente, cada uma das cinco macrorregiões brasileiras, no intuito de captar os impactos regionais diferenciados do PRONAF no território nacional.

A análise em diferentes escalas regionais permitiu trazer resultados robustos dos impactos do PRONAF sobre as taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* e do PIB agropecuário, que foram consideradas variáveis capazes de representar, ao menos em parte, objetivos do programa. O crescimento do PIB agropecuário pode representar o desenvolvimento agrícola e o crescimento da capacidade produtiva do setor; por sua vez, o crescimento do PIB *per capita* pode ser um indicador mais amplo de desenvolvimento regional. Devido à inexistência de outros indicadores, o texto limitou-se a verificar os impactos do PRONAF sobre estas duas variáveis. Muitos dos objetivos do PRONAF elencados no Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, não têm uma definição precisa em relação a qual(is) variável(is) deve(m) ser avaliada(s), o que torna as estimações de impacto do PRONAF um tanto subjetivas.

Modelos de dados em painel com efeitos fixos foram utilizados para a realização das avaliações de impacto, a fim de se minimizar o problema do viés de variável omitida, comum nas regressões *cross-section*. Assim, foi possível controlar as variáveis omitidas fixas

ao longo do tempo, como as características institucionais de municípios, microrregiões ou mesorregiões.

A análise em múltiplas escalas geográficas permitiu mostrar a robustez dos impactos positivos do PRONAF no território. Na escala municipal, as estimativas apontam para uma relação positiva entre o PRONAF e o crescimento do PIB *per capita* (ou do PIB do setor agropecuário).

A avaliação regional do PRONAF mostrou impactos bastante diferenciados no território. Enquanto nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul foi possível verificar impactos positivos do PRONAF sobre o crescimento do PIB *per capita* e o PIB agropecuário municipal, as regiões Norte e Centro-Oeste caracterizaram-se pela ausência de impactos do PRONAF.

Ademais, a magnitude dos impactos do PRONAF foi maior nas regiões Sul e Sudeste *vis-à-vis* a região Nordeste. Isto demonstra a importância de se incluir uma análise regional mesmo em políticas de abrangência nacional. Tal abordagem permite evidenciar desempenhos regionalmente diferenciados do PRONAF. Aperfeiçoamentos e modificações no programa devem ser conduzidos de forma apropriada para cada região, como discutido em detalhes ao longo do texto.

Por fim, as avaliações de impacto nos níveis microrregional e mesorregional mostraram resultados qualitativamente semelhantes àqueles observados no nível municipal. Conclui-se existirem impactos positivos do PRONAF sobre o crescimento do PIB *per capita* e do PIB agropecuário em todas as três escalas analisadas para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. Vale

ressaltar que, no período avaliado (2000-2010), estas três regiões concentravam 84,4% dos recursos e 90,4% dos beneficiários do PRONAF.

SUMÁRIO EXECUTIVO